

**ABERTURA**



**Júlio Pedrosa\***

Boa tarde a todos os presentes. Uma saudação muito especial ao senhor Presidente da Direcção Nacional da ACAPO e ao senhor representante da Secretária Nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência, Dr. Adalberto Fernandes.

---

\* Presidente do Conselho Nacional de Educação



**José Esteves Correia \***

Senhor Professor Júlio Pedrosa, Presidente do Conselho Nacional de Educação, muito obrigado por me receber nesta sua e, pela vossa prática, nossa casa (porque nos sentimos assim), senhor Dr. Adalberto Fernandes em representação da Secretária Nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência, Dr.<sup>a</sup> Luísa Portugal, para que nos sentíssemos honrados deste debate, minhas senhoras e meus senhores.

Quando tomámos conhecimento que o Conselho Nacional de Educação, a solicitação da Assembleia da República, iria fazer um Debate Nacional sobre Educação, logo fomos assaltados da vontade de darmos o nosso contributo e abordámos o Conselho Nacional de Educação, onde fomos extraordinariamente bem recebidos, e foi possibilitado este mesmo Seminário.

Preocupa-nos desde sempre a situação dos deficientes visuais no ensino, fomos sempre e seremos sempre defensores da escola inclusiva, não queremos é que na prática, o que tem estado a acontecer em muitos dos casos nas nossas escolas ao longo do país, sejam escolas inclusivas em que, quer por si próprias quer pelos próprios alunos e professores, os deficientes visuais se sintam excluídos. É nessa perspectiva que consideramos este debate importante: porque poderão aparecer novas pistas, alguns testemunhos que darão a possibilidade de pensarmos e repensarmos o sistema; porque sabemos que o caminho que escolhemos está certo, se calhar o modo de transporte não é o mais adequado, mas teremos que encontrar um modo de transporte mais adequado para o caminho que escolhemos.

Os deficientes visuais na escola para poderem mostrar e exercerem as suas próprias capacidades intelectuais terão que ser apoiados nas competências básicas para que fiquem em pé de igualdade com os outros colegas, com os outros alunos, e é nessa perspectiva que achamos que

---

\* Presidente da Direcção Nacional da ACAPO

deverá haver técnicos especializados que ensinem não só o *braille* (é indiscutível a sua necessidade, mas também é praticamente indiscutível que, na maioria dos casos, os deficientes visuais que estão na escola trabalham razoavelmente bem em *braille*). Não podemos esquecer as novas tecnologias, não podemos esquecer as ajudas técnicas, não podemos esquecer a postura do próprio aluno, o comportamento, as actividades da vida diária e a mobilidade. Não servirá muito a um deficiente visual ser um dos melhores alunos da turma na avaliação intelectual e no desempenho académico, não servirá de muito se ele não souber ter postura, se ele não souber tratar de si próprio, se ele não souber coisas mais comuns como desapertar os atacadores para poder tirar os sapatos, vestir o seu equipamento de ginástica e calçar as sapatilhas. É necessário que tudo isto seja pensado e repensado, todos nós sabemos como é que é possível fazê-lo e acreditamos que se irá fazer.

Esperamos que hoje não seja um ponto de chegada, que seja um ponto de partida para novas etapas, para encontrarmos o tal transporte neste caminho que todos sabemos que está certo e que é aquele que leva à integração dos deficientes visuais na escola inclusiva.

Desejo que tudo corra o melhor possível, que sejam dados os testemunhos necessários para algo nascer de novo na perspectiva dos deficientes visuais.

Adalberto Fernandes\*

Muito boa tarde. Sou Adalberto Fernandes e tenho aqui o privilégio e a elevada honra de representar a senhora Dr.<sup>a</sup> Luísa Portugal, Secretária Nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência, que está em missão oficial no estrangeiro e me pediu para a representar.

Excelentíssimo senhor Doutor Júlio Pedrosa, prestigiado Presidente do Conselho Nacional de Educação, excelentíssimo senhor Eng.<sup>o</sup> Esteves Correia, ilustre Presidente da Direção Nacional da Associação de Cegos e Amblíopes de Portugal, ilustres participantes deste Seminário, vou passar a ler uma mensagem da senhora Dr.<sup>a</sup> Luísa Portugal.

*“Transmito o apreço institucional pela realização oportuna deste Colóquio “De olhos postos na Educação Especial” promovido pela Associação de Cegos e Amblíopes de Portugal em parceria com o Conselho Nacional de Educação, no âmbito das comemorações dos 20 anos do diploma que criou as bases do sistema educativo português, suscitando um debate público sobre a Educação em Portugal, após a Revolução de 25 de Abril de 1974, sob o protagonismo da Assembleia da República.*

*Aliás, o Conselho Nacional de Educação tem vindo a prestar um serviço extraordinário a esta causa pública, com pareceres e publicações de significativo relevo, destacando-se o trabalho do Prof. Doutor Joaquim Bairrão Ruivo sobre a Educação Especial, em Portugal.*

*Por sua vez, a Associação de Cegos e Amblíopes de Portugal, através de múltiplas iniciativas, tem vindo a reflectir sobre o estado da arte da educação especial no que concerne aos alunos cegos e com baixa visão, alertando constantemente para as vantagens da inclusão educativa e para o imperativo da disponibilidade oportuna de todos os recursos necessários ao sucesso escolar.*

---

\* Em representação da Secretária Nacional de Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência (SNRIPD)

*Trata-se de um debate sempre recorrente na sociedade portuguesa e sempre necessário, dadas as constantes evoluções sociais, económicas e culturais do país, na preocupação constante de preparar as novas gerações para os desafios do futuro.*

*Mais pertinente se torna esta reflexão aberta e interactiva, quando a nossa atenção converge para as complexas necessidades educativas especiais das crianças e jovens com deficiência, no âmbito da designada Educação Especial.*

*No percurso histórico do SNRIPD, desde a sua génese, as questões relativas às necessidades educativas especiais das crianças e jovens com deficiências, sempre mereceram uma elevada prioridade, confirmada pelos títulos publicados na sua Linha Editorial, pelas múltiplas acções de formação, pelos apoios concedidos aos projectos de investigação sobre a Educação Especial, no âmbito do Programa CITE – Ciência, Inovação e Tecnologia e pelos importantes contributos nas propostas apresentadas na perspectiva da qualificação do ordenamento jurídico respectivo.*

*Daqui decorre a elevada preocupação do organismo coordenador da política nacional de prevenção, habilitação, reabilitação e participação das Pessoas com Deficiência na defesa intransigente da qualidade das respostas da Educação Especial, como factor determinante do sucesso da formação profissional, da inclusão profissional e social, bem como da qualidade de vida destas Pessoas, à luz dos princípios orientadores da Declaração de Salamanca de 1994, subscrita pelo governo português.*

*Esta preocupação engloba também o desafio da necessária interacção entre as respostas da Educação Especial com as respostas da Formação Profissional, de modo a assegurar um percurso de desenvolvimento harmonioso e coerente do projecto de vida dos jovens com deficiência.*

*A qualidade da Educação Especial decorre, entre outros factores não menos importantes, na aposta activa e comprometida das parcerias da Escola com as entidades locais, com as ONGs e sobretudo, com as famílias, como agentes determinantes, para o sucesso educativo dos seus filhos.*



*Estou convicta que esta iniciativa de reflexão e debate oferecerá importantes contributos para as mudanças que o Ministério da Educação se encontra a preparar para obter ainda maior qualidade na Educação Especial.*

*Votos de bom trabalho”.*



Júlio Pedrosa\*

Começo por expressar a satisfação de todos quantos trabalham no CNE, por termos a oportunidade de acolher hoje, aqui, este Seminário, numa organização conjunta com a Associação de Cegos e Amblíopes de Portugal, e de salientar que esta iniciativa surge, em primeiro lugar, da manifestação do desejo da sua realização no âmbito do Debate Nacional sobre Educação, por parte do senhor Presidente da Direcção Nacional da Associação.

Uma palavra de regozijo pelas razões que passo a apresentar.

A primeira é a de que este Seminário acontece, nesta condição de colaboração conjunta, num momento em que o Conselho Nacional de Educação entende que deve inscrever na sua linha de acção para os próximos tempos uma atenção sistemática a esta área da Educação Especial, na continuação daquilo que foi feito no passado. Permitam-me que nesta deliberação inclua todas as diferentes áreas da educação que precisam de ter cuidados e atendimentos especializados e dedicados. Isto, porque o nosso entendimento do mandato da Assembleia da República, para o Conselho Nacional de Educação organizar e realizar o Debate Nacional, foi o de que o Debate devia, sobretudo, orientar-se para o futuro da educação em Portugal, a partir da leitura que o Conselho faz do seu trabalho ao longo dos anos e do que é a educação hoje, procurando focar o Debate na obtenção de respostas à pergunta: *como é que podemos melhorar a educação em Portugal nos próximos anos?*

Entendendo-se que a educação é uma condição básica de cidadania, a primeira área temática do Debate é a da “*Educação e Cidadania*”, mas é entendimento, também, que a educação é uma condição básica de equidade, é uma condição básica para termos sociedades justas, para termos sociedades em que todas as pessoas, qualquer que seja a sua condição, sejam pessoas dignas, pelo que a segunda área do Debate trata precisamente

---

\* Presidente do Conselho Nacional de Educação

da “*Qualidade e Equidade na Educação*”, e a terceira é sobre “*Escolas, Professores e Outros Profissionais*”.

Assim, a segunda razão de regozijo é a percepção de que este Seminário vai debater questões que têm uma relação muito estreita com algumas das áreas que elegemos para o Debate e, por isso, o Conselho Nacional de Educação congratula-se com a oportunidade de mais esta iniciativa sobre uma área de educação que tem de ser desenvolvida para termos melhor educação em Portugal.

Na semana passada, realizou-se aqui um outro seminário, também inserido no programa do Debate, sobre “*Equidade na Educação: Prevenção de Riscos Educativos*” e, também nele, ouve espaço e tempo de debate sobre a Educação Especial.

Queria ainda, nesta breve referência, aludir ao facto de o Conselho Nacional de Educação ser uma “casa” que consegue ter, felizmente, alguma memória – foi bom que tivesse sido lembrado o Estudo (1998) do Professor Joaquim Bairrão Ruivo –, porque o Conselho tem procurado ter várias linhas de desenvolvimento na sua actuação e na assunção das suas responsabilidades, e esta é certamente uma delas.

Permitia-me dizer-vos que admitimos que esta seja apenas uma de várias iniciativas que possam ser realizadas nos próximos tempos com o mesmo sentido e o mesmo tipo de preocupação. É feliz a temática e o título que deram ao Seminário – *De Olhos postos na Educação Especial*. Tenho a expectativa interna de termos capacidade para dar continuidade a este trabalho.

Faço uma referência e agradeço o contributo que vai ser dado pela senhora Conselheira Maria Emília Brederode Santos que vai intervir neste seminário e tem sido no Conselho, para nosso benefício, uma pessoa que tem dado a esta área grande atenção, com o apoio de uma excelente equipa de assessoras técnicas e administrativas.

Encerro esta minha curta intervenção, aludindo à temática geral do Debate Nacional – *como é que vamos melhorar a educação em Portugal nos próximos anos?* –, pois julgo que podemos melhorar a educação em Portugal nos próximos anos não tirando os olhos da edificação da Educação Especial, se conseguirmos fazer um trabalho continuado, sistemático, regular, nas várias dimensões e áreas a que a Educação Especial deve responder e estar associada, e acreditarmos que cada um de nós assumirá a sua própria responsabilidade.

